



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM



**LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO**

Nº 004/2024

A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 43.150/2024 e parecer técnico nº 18/2024, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO à:

**1. EMPREENDEDOR**

Nome: AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA  
Endereço: Rua Canelinha, nº 55, Bairro Municípios  
CEP: 88.337-360 Município: Balneário Camboriú Estado: SC  
CPF / CNPJ: 03.094.629/0001-36

**2. PARA ATIVIDADE DE**

Atividades: 71.60.02 – Armazenamento temporário de resíduos Classe IIA, exceto eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós-consumo  
71.60.08 – Armazenamento temporário de eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós-consumo  
71.60.13 – Armazenamento temporário de resíduos Classe IIB  
Empreendimento: Ponto de Entrega Voluntária de Resíduos (PEV)  
Porte: Pequeno  
Potencial Poluidor Geral: Pequeno

**3. LOCALIZADA EM**

Endereço: Av. Hermógenes de Assis Feijó, S/N, Bairro Barra  
DIC: 132580  
CEP: 88.332-405 Município: Balneário Camboriú Estado: SC  
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 737856 – (Y): 7009554

**4. DA VIABILIDADE DE OPERAÇÃO**

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

5.1. Nome do Empreendimento: Ponto de Entrega Voluntária de Resíduos (PEV)  
5.2. Zoneamento Urbano: ZACS I – Zona de Ambiente Construído Secundário I  
5.3. Descrição: Unidade de recebimento e armazenamento temporário de pequenos volumes, contemplando o recebimento de:  
- Resíduos sólidos da construção civil (RSCC) classes A, B e C;  
- Móveis, equipamentos, colchões, etc;  
- Resíduos de poda;  
- Resíduos recicláveis;  
- Resíduos eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós-consumo, incluindo eletrodomésticos da linha branca.  
5.4. Drenagem pluvial: Atendido pela rede pública de drenagem pluvial  
5.5. Efluentes sanitários: Atendido pela rede pública de coleta e tratamento de esgoto  
5.6. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do Município  
5.7. Abastecimento de água: Atendido pela rede de abastecimento pública

**6. PROGRAMAS AMBIENTAIS**

6.1. Programa de Emissão Atmosférica  
6.2. Projeto de Arborização Urbana

**7. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS**

7.1. ART nº 9249905-5  
Responsável técnico: Everton Herzer (CREA 081494-7-SC)  
Atividades: Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (execução), Controle ambiental (supervisão), Armazenamento temporário de resíduos (parecer)

**8. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E CONDICIONANTES**

8.1. Deverá ser requerida a Renovação da Licença Ambiental de Operação (LAO), nos termos da Instrução Normativa nº 65 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), durante o período de vigência da LAO.
8.2. A presente Licença de Operação refere-se à operação de Ponto de Entrega Voluntária e não dispensa nem substitui Alvarás, Autorizações e/ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.
8.3. O empreendedor é o responsável pelo cumprimento das condições específicas e condicionantes dispostas na Licença Ambiental, devendo ser mantida cópia desta no local da atividade.
8.4. As atividades desenvolvidas na área deverão ser conduzidas em cumprimento às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalho e demais normas aplicáveis ao ambiente, nos termos da legislação trabalhista brasileira.
8.5. O empreendimento deverá operar conforme a legislação sanitária e de segurança exigidas pelos órgãos competentes.
8.6. O empreendedor deverá manter o Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI) vigente em local visível e de fácil acesso, quando couber.
8.7. O empreendedor deverá manter atualizadas as cópias de Licença de Operação de empresas que vierem a executar serviços de coleta/transporte/disposição/tratamento de resíduos/efluentes/emissões para o estabelecimento.
8.8. O armazenamento de reagentes, produtos, insumos e resíduos deverá respeitar a legislação vigente e normas técnicas adequadas.
8.9. Quanto às condições gerais de operação:
8.9.1. Os resíduos recebidos deverão ser acondicionados em caçambas separadas por classe, dispostas em local coberto.
8.9.2. A operação de troca de caçambas deverá ser realizada visando minimizar o ruído.
8.9.3. Todo o recebimento de resíduos deverá ser acompanhado por funcionário capacitado.
8.9.4. Os resíduos deverão ser encaminhados para empresas devidamente licenciadas.
8.10. Quanto ao uso da água e geração de efluentes:
8.10.1. Este documento não autoriza a perfuração ou utilização de poços para captação de água.
8.10.2. O empreendimento deverá estar de acordo com o Programa Municipal de Conservação e Uso Racional da Água em Edificações, assim como o disposto na Lei Municipal nº 3533/2012.
8.10.3. Os efluentes sanitários gerados deverão ser encaminhados à rede pública de coleta da EMASA.
8.10.4. As caixas de gordura deverão ser periodicamente limpas, sendo que o empreendedor deverá manter cópia dos certificados das limpezas realizadas.
8.11. Quanto aos Programas Ambientais
8.11.1. O empreendedor deverá manter o Programa de Emissão Atmosférica durante todo o prazo de vigência da Licença Ambiental.
8.11.2. O empreendedor deverá manter o Projeto de Arborização por um período mínimo de 24 meses, incluindo a realização de ações de manejo e manutenção, tais como tutoramento, utilização de protetores, irrigação, desbrote, replantio (caso necessário) e poda.
8.12. Qualquer alteração nas especificações dos projetos e/ou informações apresentadas deve ser precedida de anuência do órgão ambiental.
8.13. O empreendedor deverá protocolar, <b>até 31 de janeiro de cada ano</b> , relatório de atendimento às condicionantes dispostas na Licença Ambiental. Os relatórios deverão ser inseridos no Protocolo nº 43.150/2024 do Sistema 1 DOC e conter o seguinte conteúdo mínimo: i) Registro Fotográfico, indicando o cumprimento das condicionantes descritas; ii) Cópias dos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs) e Certificados de Destinação Final (CDF), ou outros documentos equivalentes; iii) Cópia das licenças de operação das empresas transportadoras e destinadoras, quando couber; iv) Outros documentos comprobatórios pertinentes.

## 9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.
- 9.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
- 9.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual nº 14.675/09, artigo 42.
- 9.4. Retificações e recursos administrativos relativos à presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

## PRAZO DE VALIDADE

(48) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

Balneário Camboriú,	13	maio	2024
Local	dia	Mês	Ano

\_\_\_\_\_  
Eduarda Montibeller Schuch  
Secretária Interina de Meio Ambiente  
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

## OBSERVAÇÕES

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. A Renovação da Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAO.
- V. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada à SEMAM sob pena de o empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.